

Grupo I
(5x20 pontos)

No **enunciado do teste** indique a alínea que considera correcta em cada um dos vinte itens.

1. Por livre-arbítrio deve entender-se:
 - A) liberdade de acção.
 - B) liberdade de fazer tudo o que se quer.
 - C) liberdade de pensamento.
 - D) liberdade de decisão.

2. Se assumirmos que «*estamos condenados a ser livres*», então, as nossas acções são:
 - A) totalmente livres.
 - B) totalmente determinadas.
 - C) totalmente alheias à nossa vontade.
 - D) totalmente da nossa responsabilidade.

3. O libertismo e o determinismo radical são teorias incompatibilistas porque:
 - A) são teorias que não se podem conciliar.
 - B) respondem de forma oposta ao problema do livre-arbítrio.
 - C) defendem que liberdade de escolha e determinismo não podem coexistir.
 - D) defendem que livre-arbítrio não é incompatível com determinismo.

4. Determinismo significa que
 - A) embora exista uma cadeia causal entre os acontecimentos, há acções que não são causadas.
 - B) nada pode acontecer sem uma causa.
 - C) entre causa e efeito não há uma relação necessária.
 - D) tudo é causalmente determinado, à excepção de algumas acções livres.

5. O determinismo radical nega a possibilidade de sermos responsabilizados moralmente pelas nossas acções ao
 - A) defender que tudo está causalmente determinado.
 - B) afirmar que existem algumas acções aleatórias das quais não somos responsáveis.
 - C) afirmar que não existem acções sem causa e que, por isso, não temos livre-arbítrio.
 - D) defender que não existem acções livres e que todas elas são arbitrarias.

6. A teoria libertista defende que:
 - A) todos os acontecimentos estão submetidos ao mesmo tipo de causa.
 - B) as acções são o desfecho inevitável de acontecimentos anteriores.
 - C) que o determinismo é falso e o homem não é responsável pelas suas acções.
 - D) há acções com uma causalidade livre e o homem é responsável moralmente por elas.

7. O determinismo moderado nega

- A) a existência de livre-arbítrio
- B) a existência de determinismo nas acções.
- C) a existência de acções em relação às quais não tenhamos responsabilidade.
- D) a existência de acções não-livres.

8. O compatibilismo concilia livre-arbítrio com o determinismo ao

- A) afirmar que existem acções livres e acções não livres.
- B) afirmar que as acções livres têm uma causa interior ao sujeito e resultam da sua livre decisão.
- C) afirmar que as acções são livres porque resultam da vontade do sujeito.
- D) afirmar que o livre-arbítrio só pode ser exercido na ausência de determinismo.

9. O determinismo moderado é uma teoria compatibilista porque defende que

- A) somos causalmente determinados, mas livres e responsáveis pelas nossas acções.
- B) somos causalmente determinados, não temos liberdade, mas, ainda assim, somos responsáveis por algumas das nossas acções.
- C) não somos causalmente determinados, temos liberdade e somos responsáveis pelas nossas acções.
- D) não somos causalmente determinados, temos liberdade, no entanto não somos responsáveis pelas nossas acções.

10. A propósito da ética podemos dizer que

- A) a ética aplicada consiste na criação de teorias éticas que permitam resolver situações concretas.
- B) a ética normativa pretende descobrir o princípio ético fundamental que distinga acções correctas de incorrectas.
- C) a ética aplicada estabelece critérios morais gerais que permitem saber o que é uma acção boa.
- D) a ética normativa avalia a correcção moral de problemas concretos, servindo-se, para isso das normas morais.

11. Sobre as normas morais e as normas jurídicas podemos dizer que:

- A) as normas morais são imperativos legais e têm um carácter obrigatório.
- B) as normas jurídicas são estipuladas pelo direito e o seu incumprimento implica sanções legais.
- C) as normas jurídicas são iguais às normas morais.
- D) as normas morais sendo obrigatórias, não estão sujeitas a qualquer tipo de punição legal.

12. Os termos

- A) moral e legal equivalem-se, pois tudo o que é moral é legal.
- B) moral e legal distinguem-se pois o progresso legal e o progresso moral nem sempre coincidem.
- C) moral e legal distinguem-se pois a moralidade faz parte do domínio da Ética e a legalidade diz respeito ao Direito.
- D) moral e legal equivalem-se pois a sociedade esforça-se para tornar legal o que é moral.

13. O relativismo moral

- A) pertence á ética normativa é porque responde à questão: qual o critério que permite dizer que uma acção é boa ou má?
- B) é uma teoria metaética porque responde à questão: o que torna uma acção moralmente correcta ou incorrecta?
- C) pertence à ética normativa porque responde à questão: os juízos morais têm valor de verdade?
- D) é uma teoria metaética porque responde há questão: Qual é a natureza dos juízos morais?

14. O subjectivismo moral

- A) nega a existência de verdades éticas.
- B) admite a existência de juízos morais universalmente verdadeiros.
- C) nega a existência de objectividade em ética.
- D) admite a existência de valores absolutos.

15. Segundo o subjectivismo moral

- A) o valor de verdade dos juízos morais depende dos sentimentos, crenças e opiniões das sociedades que os produzem.
- B) a veracidade ou falsidade dos juízos morais não tem que ver com os sentimentos de aprovação ou desaprovação dos sujeitos.
- C) o valor de verdade dos juízos morais depende dos sentimentos, crenças e opiniões dos sujeitos que os produzem.
- D) a veracidade ou falsidade dos juízos morais tem que ver com o que a maioria dos membros de uma sociedade considera moralmente aceitável.

16. O subjectivismo moral é criticável porque

- A) fomenta a intervenção de reformadores morais, permitindo o progresso moral.
- B) considera que qualquer posição ética é tão aceitável como qualquer outra, respeitando a autonomia de pensamento e promovendo a tolerância
- C) considera que as verdades morais dependem dos sentimentos dos indivíduos, inviabilizando qualquer discussão racional sobre questões morais.
- D) respeita a liberdade e a autonomia das pessoas, promovendo a tolerância.

17. Para o relativismo moral cultural

- A) a diversidade de opiniões relativamente ao que é certo ou errado implica a não existência de verdades éticas.
- B) a diferença das respostas dadas às mesmas questões morais não implica a inexistência de verdades morais universais.
- C) a ausência de acordo relativamente ao que é moralmente correcto ou errado não invalida a existência de uma ética objectiva.
- D) a discórdia relativamente a assuntos morais justifica a negação da existência de juízos morais objectivos e absolutos.

18. O relativismo moral cultural defende que

- A) o valor de verdade dos juízos morais é sempre relativo aos sentimentos de cada sujeito que os produzem no seio da sociedade.
- B) os juízos morais não têm valor de verdade, já que este difere de cultura para cultura.
- C) os juízos morais têm valor de verdade e que este é universalmente aceite.
- D) o valor de verdade dos juízos morais é sempre relativo ao que cada sociedade acredita ser verdadeiro ou falso.

19. O relativismo moral cultural considera que

- A) uma vez que não há verdades morais objectivas e universais, não há práticas morais certas ou erradas, sendo todas elas aceitáveis.
- B) as verdades morais são relativas ao contexto moral em que são produzidas e, por isso, não podem ser aceites pelas outras culturas.
- C) uma vez que não há verdades morais objectivas e universais, todas as práticas morais são correctas desde que sejam socialmente aceitáveis.
- D) as verdades morais são relativas ao contexto moral em que são produzidas e, por isso, valem independentemente das crenças e dos hábitos culturais.

20. O relativismo moral

- A) conduz ao inconformismo moral pois, se as verdades éticas são aquelas que correspondem ao que a maioria social julga correcto, então a acção dos reformadores morais é aceitável.
- B) assume-se como uma teoria que pode conduzir à intolerância por negar a existência de verdades éticas absolutas.
- C) promove o progresso moral ao reconhecer que todas as sociedades estão moralmente correctas desde que as suas práticas sejam aceites pela maioria dos seus membros.
- D) é auto-refutante ao tornar a proposição «nenhuma verdade moral é objectiva» numa verdade absoluta.

Grupo II **(4x25 pontos)**

1. Mostre por que razão considerou Kant ser a boa vontade o único critério do qual nos podemos servir para avaliar a moralidade das nossas acções.
2. Clarifique a distinção feita por Kant entre *imperativo categórico* e *imperativo hipotético*.
3. Apresente a argumentação kantiana a favor desta afirmação: «*O cumprimento do dever é um imperativo categórico.*»
4. Kant formulou o critério ético geral que permite avaliar a correcção moral de duas maneiras. Enuncie cada uma delas e explique o seu sentido.